



EDUCAÇÃO E INSTRUÇÃO PÚBLICA NAS OBRAS DE GARRETT, PATRONI E ROUSSEAU NO CONTEXTO ILUMINISTA

Danilson Jorge Coelho Cordovil ¹

RESUMO

O presente estudo sobre uma História da educação analisa a questão da Instrução pública e educação que embora tenha sua distinção é comum o uso do termo como sinônimos ao longo da História do Brasil a começar com o contexto da Revolução Vintista em Portugal e com suas influências no Brasil. O objetivo é analisar a relação entre o ideário iluminista rousseauiano e do Vintismo de Felipe Patroni, identificando a relação entre a instrução pública e a educação entre o teórico Rousseau e Patroni. Para isso, fez-se uso de material teórico, revisão bibliográfica, além da utilização de documentação histórica. Conclui-se que o caminho desenvolvido aqui mostra que a leitura da obra Emílio ou Da educação de Rousseau e da obra Ensaio de Instrução (*sic*) Pública, de Patroni deve ser explorada em cursos de formação pedagógica a fim de atingir a compreensão dessa diversidade de gêneros literários como tratado, texto filosófico e pedagógico. Portanto, é um trabalho denso que, segundo os criadores, une as formas de desenvolvimento do indivíduo desde a primeira infância.

Palavras-chave: História da educação. Instrução pública. Educação. Vintismo. Iluminista.

ABSTRACT

This study on the History of Education analyzes the issue of public instruction and education, which, although distinguished, is commonly used as synonyms throughout the history of Brazil, beginning with the context of the Vintista Revolution in Portugal and its influences in Brazil. The objective is to analyze the relationship between Rousseau's Enlightenment ideas and Felipe Patroni's Vintism, identifying the relationship between public instruction and education between the theorists Rousseau and Patroni. To this end, theoretical material, bibliographical review, and historical documentation were used. The conclusion is that the path developed here shows that reading Rousseau's work Emile or On Education and Patroni's work Essay on Public Instruction (*sic*) should be explored in teacher training courses in order to achieve an understanding of this diversity of literary genres such as treatises, philosophical and pedagogical texts. Therefore, it is a dense work that, according to its creators, unites the forms of individual development from early childhood.

Keywords: History of education. Public instruction. Education. Vintism. illuminist.

¹ *Graduado em História pela UFPa, Especialista em História do Brasil pela Faculdade Ipiranga-Pará e Mestre em Ciências da Educação pela Unades/PY*

1 INTRODUÇÃO

Este estudo aborda a temática da instrução e da educação, diferenciando seus significados e implicações. A instrução, compreendida como instrução pública, emerge do dever compartilhado entre a família e o Estado, orientando o indivíduo para a manutenção de um sistema político e econômico. Por outro lado, a educação transcende essa função, representando o ensino de valores, normas, regras e condutas sociais que promovem a emancipação do indivíduo.

Dessa forma, o estudo volta-se para fazer uma abordagem histórica de como se processa a instrução pública no Brasil desde a época colonial com a instituição da catequese, as aulas régias e após a vinda da família Real para o Brasil, tem-se início a um processo de organização do sistema educacional e de instrução pública marcados no pós-constituição de 1824, como, por exemplo, a instrução primária. Já com a Constituição de 1988 o termo instrução é substituído por a educação, como um direito de todos e dever do Estado e da família.

No contexto histórico se vê ao longo da História colonial do Brasil que a instrução pública era reservada às elites econômicas e intelectuais, tanto na colônia quanto no reino português. Assim, ao analisar a composição de *Emílio ou Da educação*, parece estar relacionado a eventos íntimos de grande importância e profundo sentido afetivo para Rousseau. Por outro lado, ainda existem explicações no imaginário comum de que a composição desta obra foi animada pelo desejo do autor de retratar o abandono de seus filhos; portanto, teria sido escrito para aliviar o remorso de um “pai desnaturado” (Starobinski, 1991).

Embora os estudos de Peter Jimack (1960) tenham argumentado que, de fato, o peso desse remorso só foi sentido pelo autor durante a produção do texto, é necessário ter constantemente o cuidado metodológico ao trabalhar com o pensamento de Rousseau, entender que a constituição de suas obras é, de fato, inseparável dos ventos afetivos que o arrastaram ao longo de sua vida. Segundo afirma Starobinski no prólogo de seus ensaios sobre Rousseau, esse filósofo não vê uma separação entre o pensamento e sua particularidade, sua teoria e seu lado pessoal.

Considerando esse entendimento como fundamental para as análises aqui realizadas, verifica-se que em *Emílio ou Da Educação*, apesar de ter sido produzido para explicar e, geralmente, abordar questões filosóficas, relaciona-se ao escrito de Felipe Patroni, de 1823, intitulado *Ensaio de Instrução Pública*. Patroni com sua inspiração iluminista, baseadas nos ideais de educação de Rousseau. As ideias de Rousseau é também um tratado de Educação, para Felipe Patroni o princípio é a Instrução Pública com base em uma organização de Estado. No entanto, os usos dos princípios de educação de Rousseau estão pautados nas de Instrução de Patroni (Rousseau, 1986).

Justifica-se o problema apresentado, pois mostra que no Brasil, e mais especificamente no Grão-Pará, havia uma ligação com os ideais Iluministas, um iluminismo que nasce com o Vintismo Português e que no Brasil adquire um sentido nacional, embora no momento histórico essa consciência de nacional estivesse em formação, como por exemplo, a proposta de Felipe Patroni para a Instrução humana direcionada ao imperador para ser implantada no Império. Torna-se, portanto,

relevante para a ciência da educação, pois revela uma proposta de organização da educação/instrução pública destinada a seu momento histórico, mas que nos revela uma tentativa de organizar um sistema de educação/instrução pública dirigida pelo Estado, uma proposta de Estado.

O objetivo é analisar a relação entre a instrução pública e a educação nas obras do século XIX, de Almeida Garrett, Felipe Patroni e do iluminista Rousseau. Adicionalmente, busca-se relacionar as obras bibliográficas e documentais com a temática da instrução pública e educação presentes nesses autores, bem como identificar as influências das obras de Almeida Garrett, Felipe Patroni e Rousseau no surgimento da instrução pública no contexto educacional brasileiro.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Uma história da educação

Educação e Instrução são constantemente utilizadas como sinônimos. No entanto, a definição dos termos não é tão simples assim: alguns autores questionam a definição dos conceitos como sendo algo restritivo. Porém, é necessário definirmos educação e instrução para podermos trabalhar a atuação de cada campo ou mesmo a sinapse dos termos. Segundo o dicionário Aurélio, Educação é o ato ou efeito de educar(se). Processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral do ser humano (Ferreira, 2010). A instrução é, segundo o dicionário UNESP, o ensinamento; ensino. Conjunto de conhecimentos adquiridos; cultura. Explicação dada para um determinado fim” (Borba, 2012).

Assim sendo, os conceitos dicionarizados nos apresentam duas vertentes: a Educação é ligada aos valores (desenvolvimento da capacidade moral), enquanto a Instrução se apresenta ligada ao conhecimento (conjunto de conhecimentos adquiridos). Segundo o Marquês de Condorcet, a Instrução Pública é uma função do Estado. A Instrução está ligada à formação física, intelectual e, também, moral. Tal compreensão nos leva a concluir que a Instrução e Educação se misturam de acordo com os conceitos dicionarizados anteriormente citados. Ainda, segundo Condorcet, a Instrução Pública é muitas vezes tratada como Educação Pública (Condorcet, 2010).

O uso da palavra “Educação” remonta à antiguidade, como nos explica Ghiraldelli Jr. (2009),

O termo “educação” tem sua origem em duas palavras do latim: educere e educare. A primeira quer dizer “conduzir de fora”, “dirigir exteriormente”; a segunda indica “sustentar”, “alimentar”, “criar”. O sentido comum é o de “instruir” e “ensinar”, mas com conotações diferentes que já indicam posturas pedagógicas diferentes. A derivação dupla da palavra deixa entrever dois grandes caminhos da filosofia da Educação no mundo ocidental: por um lado, o ensino baseado em regras exteriores em relação ao aprendiz, por outro, o ensino dirigido no sentido de incentivar o aprendiz a forjar as suas próprias regras (Ghiraldelli Jr., 2009, p. 13).

Talvez a origem do termo esclareça a tal proximidade entre os conceitos de educação e instrução pública e que chega até nós hoje em dia como o de ensinar e instruir. No entanto, já pressupõe também uma certa dicotomia no caminho pedagógico. Se os sentidos de educar forem analisados como sendo o ato de ensinar e instruir, pode-se chegar a ampla concepção do que vem a ser educação. Pois a história humana é uma história de ensinar, são os conhecimentos que são passados de geração em geração.

Os textos mais antigos que falam sobre “ensinamentos” remontam às primeiras civilizações, porém discute-se aqui a chamada “educação privada”, quando a família educava os filhos como nos casos citados por Manacorda:

Como se sabe, existe toda uma literatura sapiencial, feita de “ensinamentos” morais e comportamentais, que é comum também a outras culturas do Oriente Próximo: basta pensar na Bíblia e na literatura dos povos mesopotâmicos. Esta literatura pressupõe a existência de uma verdadeira escola da vida reservada às classes dominantes (Manacorda, 2010, p. 23)

É com a modernidade renascentista que nasce a ideia de infância e de família. A importância dessas novas ideias está ligada ao campo da educação, pois ao se reconhecer uma separação entre a criança e o adulto, cria-se toda uma construção de educação e instrução voltada para a formação deste, essa começa na primeira fase, a infância. Neste viés, a educação e a instrução nos Estados modernos foram pensadas a partir das ideias sobre a infância. Elas divergem para duas vertentes: a cartesiana e a rousseauiana. Para Descartes, a infância é vista como uma fase ruim, que deve existir e passar:

Deve terminar para dar espaço, é a época da rebeldia, e então a criança deve ser conduzida da heteronomia à autonomia por meio de regras exteriores, postas pelo adulto. A autonomia e a individualidade nascem ‘de fora para dentro’. O professor, neste caso, é um disciplinador no sentido tradicional da palavra. A escola um ambiente de formação e conformação. A finalidade da educação é fazer com que a fase negativa da infância passe brevemente e possibilite ao homem surgir a partir das regras do homem (adulto) sobre o homem (a criança) – ou seja, que o homem possa vir a surgir da criança, negando-a (Ghiraldelli jr, 2009, p.18-19).

Para Rousseau, a infância é uma fase positiva que deve não só existir, mas também ser prolongada, pois para essa vertente a infância personificada na criança é vista como fase criativa, pura.

Nessa fase a disciplina deve aparecer, ela deve vir como autonomia tirada ‘de dentro para fora’. O professor neste caso, é um companheiro de viagem. A escola, um ambiente natural propiciador das melhores experiências. A finalidade da educação é fazer com que a fase positiva da infância permaneça ao longo da vida adulta, no que ela tem de bom – ou seja, que o homem (adulto) venha a materializar-se a partir do interior do homem (criança), mantendo em seu íntimo o verdadeiro humano que existia na criança (Ghiraldelli Jr., 2009, p. 19)

As duas propostas são classificadas, respectivamente, como Iluminista e romântica, no entanto, ambas nascem dentro do movimento moderno Iluminista, definindo assim o papel da educação e do educador frente ao educando. Teóricos de filosofia, mas que contribuíram para as filosofias da educação. O Iluminismo como movimento filosófico e cultural, surgido na Europa, por volta dos séculos XVII –XVIII, passou a pensar o humano em suas mais amplas vivências. Logo, a ciência da Educação passa a utilizar esses clássicos como interpretação para a área. Isso não quer dizer que as obras Iluministas não têm haver com a educação, mas não havia uma ciência voltada para o estudo da educação como se observa a Ciência da Educação atualmente.

Por outro lado, no Brasil, a origem da educação, como forma de direcionamento a um público, com o objetivo de criar padrões que facilitasse um projeto de Estado nasce com a chegada dos colonizadores portugueses em 1500. No entanto, isso não

se faria se não fosse traçada a instituição da Catequese que, para muitos estudiosos, foi o princípio da estrutura educacional implantada no Brasil.

Sendo assim, a catequese nasce no seio da Companhia de Jesus, uma ordem da Igreja Católica criada por Inácio de Loiola e que teve sua oficialização em 27 de setembro de 1540, pela bula *REGIMINI MILITANTIS ECCLESIAE*. Como nos informa (Sebe, 1982). No entanto, em 1584, o novo superior da ordem Jesuíta, o padre Aquaviva elabora uma série de modificações no Plano de ensino jesuítico, sendo o texto aprovado em 1591, como forma definitiva da *RATIO STUDIORUM*, promulgada em 08 de janeiro de 1599 (Ribeiro, 2001).

Em 1759, quando os jesuítas foram expulsos, devido às reformas Pombalinas, iniciou-se o processo de constituição da instrução pública voltada para a formação de um indivíduo para o Estado, nos ideais Iluministas e não mais para a religião católica como nos tempos da catequese. Nessa instrução, o nativo já não era mais foco e sim os filhos dos colonizadores e colonos. Após a expulsão dos religiosos desapareceram os cursos de humanidades, sendo implantadas as Aulas Régia, pelo Alvará de 28 de julho de 1759 (Fonseca, 2011).

Com a vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808, o ensino no Brasil passou por uma grande transformação, pois aqui era nesse momento a sede do reino português e por isso foram criados diversos cursos de nível acadêmico como: Academia Real da Marinha (1808), Academia Real Militar (1810), Academia Médico – Cirúrgica da Bahia (1808), bem como a do Rio de Janeiro (Brasil, 1827).

Com a Independência do Brasil em 1822 e a promulgação da Constituição de 1824, iniciou-se a formulação de um sistema de instrução pública, com a garantia de educação primária gratuita para todos os cidadãos. Em 1827, foi aprovada a primeira lei nacional de ensino, determinando a criação de escolas de primeiras letras em cidades e vilas. Devido à escassez de professores, adotou-se o método Lancasteriano, baseado na ajuda mútua, onde alunos mais adiantados auxiliam os menos avançados, sob a supervisão de monitores e inspetores, conforme destacado por Ghiraldelli Jr (2009).

Para a Constituição Brasileira de 1988, a Educação é: “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988). Vale ressaltar que o termo Letramento tem origem de uso no Brasil, por volta das últimas décadas do século XX (Silva, 2022) e a LDB trouxe a compreensão de que a educação é um processo que se desenvolve fora e dentro das Instituições de ensino oficiais, como também na vida familiar e convivência diária. No entanto, é possível notar que a LDB como lei normativa do Estado Brasileiro estabelece e disciplina a educação escolar, aquela vinculada como missão de Estado (Brasil, 1996).

2.2 Contexto da educação e historiografia do vintismo

Quando os portugueses auxiliados pelos ingleses retomam o controle de Portugal, ainda em 1808, o governo passa a ser exercido por uma junta inglesa, pois D. João VI (coroado Rei em 1818, com a morte de D. Maria I), continuou no Brasil. Inconformados com a situação de Portugal, intelectuais portugueses formularam um projeto chamado de Regeneração (Alves Filho; Souza Junior; Bezerra Neto, 2001). Nesse projeto também chamado de Vintismo, devido ter sido implantado em Portugal no ano de 1820 defendia a Monarquia Constitucional ao estilo da ideologia Liberal.

No Brasil temos Historiadores que voltaram a atenção para o estudo do Vintismo, tanto em Portugal quanto no Brasil, como é o caso de Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, que em algumas ocasiões foi orientanda de Maria Beatriz Nizza da Silva, essa com uma larga convivência em Universidades portuguesas (Neves, 2006). Olhe o que nos diz Neves sobre o Vintismo em relação a justificativa da entrada de Portugal na chamada “Modernidade”:

Tal ingresso no mundo contemporâneo não se limitou, como se pensava há algumas décadas, à introdução da produção fabril e à implantação efetiva do capitalismo. Na realidade, tratava-se de um complexo processo, envolvendo a dimensão econômica e social, mas que dependeu, fundamentalmente, da difusão de uma nova concepção de mundo, em termos políticos e intelectuais (Neves, 2006, p. 8).

É relevante destacar o modo inovador pelo qual Dias (1972) observa a formação das elites luso-brasileiras, considerando o enraizamento de novos capitais e interesses portugueses em associação a “classe nativa” do Rio de Janeiro pelo fato da vinda da Família Real para o Brasil, como a própria autora chama, para a América portuguesa. Portanto, a vinda da corte com o enraizamento do Estado Português no Centro-Sul daria início à transformação da colônia em Metrópole Interiorizada.

Uma outra contribuição de Viotti da Costa foi ter percebido as diferentes faces do Vintismo e ainda por percebê-lo como um projeto ambíguo em que também se manifestou aspectos antiliberais, “na medida em que um de seus principais objetivos era destruir as concessões liberais feitas por D. João VI ao Brasil” (Costa, 1987).

A historiografia regional é bem mais aprofundada ao tratar sobre o Vintismo, principalmente a historiografia regional das antigas províncias que se mostravam descontentes com a emancipação do Brasil em relação a Portugal ou as que almejavam sua independência. É o caso da historiografia paraense onde a proclamação do Vintismo assume papel tão relevante quanto foi a independência para o Brasil (Raiol, 1970). Assim, tanto em Portugal quanto na província do Grão-Pará, o Vintismo teria sido para Baena (1970), promovido com a finalidade de interesses particulares. Assim, nota-se que a historiografia local tem estudado a fundo as relações políticas, sociais, constitucionais, clientelistas que circundam o período intitulado de Revolução Constitucionalista e suas influências no Grão-Pará.

2.3 O Vintismo

Nesse ponto, aborda-se uma análise do movimento Vintista, em Portugal, utilizando para tal a obra O Dia Vinte Quatro d’agosto de Almeida Garrett, um autor que introduziu o romantismo nacionalista, em Portugal, na década de 1820. Para o estudo do Vintismo no Grão-Pará será utilizada a obra Ensaio de Instrução pública, de Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente, como uma fonte primária que possibilita perceber o contexto ideológico da época.

O Vintismo, como ficou conhecido o movimento rebentado em Portugal em 24 de agosto de 1820 tinha como objetivo imediato a restauração de Portugal, quer seja como sede da monarquia portuguesa, quer a recolonização do Brasil e a reestruturação da economia de Portugal que segundo os mentores do Vintismo encontrava-se atrasada frente às nações europeias.

A biografia de Garrett é bem rica. João Batista da Silva Leitão, como era seu nome, sofreu uma alteração, quando da invasão francesa em Portugal, quando sua família teve que mudar de nome para Almeida Garrett. Nascido na cidade do Porto,

em 04 de fevereiro de 1799, e partindo em 09 de dezembro de 1854, em Lisboa, foi “um liberal que desempenhou papéis relevantes ao longo da primeira metade do século XIX. Para além daqueles que o tornaram introdutor do Romantismo em Portugal”. “O Dia Vinte Quatro d’agosto” é uma obra feita em comemoração ao primeiro ano da regeneração portuguesa (Garrett, 2007).

O patriotismo também se mostra presente, Garrett (2007) se propõe em defender a todos os custos sua nação, mas o Vintismo enquanto uma ideologia prega contra o que seus teóricos consideram o mais grave, que é o despotismo, a tirania e os governos absolutistas. Embora esteja mais próximo do Iluminismo Italiano, o Iluminismo Português presente no Movimento Vintista não deixa de apresentar traços marcantes do Iluminismo Francês. Podemos constatar isso com a obra “O Dia Vinte Quatro d’agosto”, em sua primeira parte, quando Garrett fala sobre a liberdade, e igualdade dos homens.

Assim, Garrett chega a mencionar o Pacto Social com o que ele chama de Contrato Mútuo, mas como já vimos as revoluções propostas pelo Vintismo devem ser ordeiras. A presença do Iluminismo Francês no Vintismo é tão forte que uma das principais lutas desse movimento era pela instalação de uma Monarquia Constitucionalista e a organização da sociedade regida por leis. A quem mais poderíamos associar essa vertente do pensamento Vintista a não ser ao pai da teoria da Monarquia Constitucionalista e de sua obra prima “o espírito das leis”, Montesquieu (Garrett, 2007).

O Vintismo “tratava-se de um complexo processo, envolvendo a dimensão econômica e social, mas que dependeu, fundamentalmente, da difusão de uma nova concepção de mundo, em termos políticos e intelectuais” (Garrett, 2007).

2.4 A contribuição de Rousseau para a educação

O estudo muito completo e rico de Nacarato (2008) sobre o lugar de Rousseau, nos cursos brasileiros de formação de professores entre 1946 e 1996, indica que esse filósofo está presente no campo da educação como um dos autores considerados essenciais, como Platão e Comênio, embora ele não pretendesse criar receitas para as próprias práticas educacionais. Embora os estudos de Peter Jimack (1960) tenham argumentado que, de fato, o peso desse remorso só foi sentido pelo autor durante a produção do texto, é necessário ter constante cuidado metodológico, ao trabalhar com o pensamento de Rousseau, para entender que a constituição de suas obras é, de fato, inseparável dos ventos afetivos que o arrastaram ao longo de sua vida.

Segundo Nacarato (2008), a presença de Rousseau nos cursos de formação de professores, tanto no corpo dos documentos oficiais, como nos capítulos dos livros de história da educação e na voz dos formandos, embora sempre tenha sido enfatizada, enfoca o reducionismo e a distorção do pensamento desse filósofo. Rousseau disse temer que, depois de seu Emílio, a questão da educação permaneça esquecida, algo que, por culpa sua, não aconteceu. De fato, como é comumente conhecido entre as histórias da pedagogia, mesmo que ele tivesse ilustres predecessores, Rousseau promoveu uma “revolução copernicana” em pedagogia (Eby, 1970; Hubert, 1976).

Nas Cartas Escritas da Montanha, Rousseau (2006) rebateu a afirmação de que seu tratado educacional foi escrito como um guia para pais, mães e professores. Rousseau (2004) observou: "Estou falando com você, uma mãe carinhosa e atenciosa". Uma nota para a palavra "mãe" adverte:

A primeira educação é mais importante e cabe incontestavelmente às mulheres. Se o autor da natureza houvesse desejado que ela coubesse aos homens, ter-lhes-ia dado leite para alimentar as crianças. Assim, falai sempre de preferência às mulheres em vossos tratados de educação, pois, além de estarem em condições de tratá-la mais de perto do que os homens e de influírem sempre mais, o êxito também lhes interessa muito mais, já que a maior parte das viúvas se acha como que a mercê dos filhos e eles então lhe fazem sentir vivamente, no bem e no mal, o efeito da maneira como foram educados (Rousseau, 2004, p. 7-8).

O próprio Rousseau (2004) discute a forma do romance no quinto livro, quando critica os trabalhos pedagógicos de sua época. No final do prefácio de Emílio, Rousseau alertou que a aplicação prática de seu projeto está ligada aos casos de qualquer caso prático e pode mudar indefinidamente:

Assim, tal educação pode ser realizável na Suíça, mas não na França; tal outra pode sê-lo entre os burgueses, e tal outra entre os grandes. A maior ou menor facilidade de execução depende de mil circunstâncias, impossíveis de serem determinadas a não ser numa aplicação particular do método a este ou àquele país, a esta ou àquela condição (Rousseau, 2004, p.6).

Segundo Fortes (1976), esta passagem discute a eficácia prática (isto é, "o que é possível") de um projeto pedagógico teórico. Rousseau alega que, dependendo dos assuntos e circunstâncias em que seu sistema está sujeito, o resultado pode variar. Ele admite dois tipos de variações: uma geográfica (dependendo do país) e a outra classe ou "condição" social (burguesia ou "grande"). Ele então afirma que não está interessado em casos práticos específicos, afinal seu objetivo é tornar as pessoas o que ele propõe; é precisamente isso que deve ser examinado para que seu verdadeiro escopo possa ser autenticamente avaliado.

A educação faz parte da vida, como sempre foi aprendida e sempre ensinada, faz parte da natureza de todo ser vivo, Rousseau acreditava que aquele que foi educado em resposta à natureza busca seus valores no homem, e não além dele, para que aspiração à "constituição de um novo homem", é capaz de reformar uma sociedade corrupta e degenerada. Rousseau define o lugar e o papel exclusivo da educação, afirmando que a primeira educação é a mulher mais importante é incontestavelmente, mas também o pai. "Os pais são os primeiros educadores. É com eles que a unidade confirma seu contrato pedagógico "(Martins, 2011).

Rousseau divide a educação em três modos: Educação da Natureza, que é o desenvolvimento de faculdades e órgãos, Educação das Pessoas, que é o uso de faculdades desenvolvidas pela natureza, e Educação das Coisas, que é aprendida com a experiência (Rousseau, 2004). Para Rousseau (2019): "A educação é uma arte" e, portanto, "seu sucesso é quase impossível, porque a competição necessária para seu sucesso não depende de ninguém". Segundo ele: "Tudo o que podemos fazer à custa dos esforços é abordar a meta mais ou menos, mas alcançá-la requer felicidade". Embora o autor afirme que o sucesso da educação não depende de ninguém, ele não isenta os homens da responsabilidade pela educação das crianças. Pelo contrário, é visível ao distinguir entre três tipos de educação, especialmente quando se trata da educação dos homens. Nesta fase, estão sendo construídas fundações para a construção humana.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa é de natureza teórica, cujo principal objetivo é a ampliação do conhecimento acerca do Movimento Vintista, que teve sua origem em Portugal e exerceu influência no Brasil. Para tanto, o estudo caracteriza-se como uma pesquisa

bibliográfica, pois realiza o levantamento de obras publicadas, tanto impressas quanto virtuais, relacionadas à história da educação e da instrução pública. Focam-se, especialmente, as produções vintistas de Almeida Garrett e Felipe Patroni, além do pensamento iluminista de Rousseau, com o objetivo de contextualizar o tema com base em referenciais previamente publicados.

Além disso, a pesquisa também se enquadra como documental, uma vez que recorreu à análise de obras primárias relacionadas ao tema, disponíveis no setor de obras raras do Centro de Cultura do Pará, localizado em Belém do Pará. Esse material documental foi essencial para aprofundar a compreensão sobre o Vintismo e sua influência no contexto histórico e educacional do Grão-Pará.

Quanto à abordagem metodológica, o estudo é qualitativo, pois busca interpretar e compreender as diferentes perspectivas relacionadas ao tema, sem recorrer a métodos estatísticos, característica que seria típica de uma abordagem quantitativa. A análise qualitativa permite uma investigação mais profunda e detalhada das ideias e reflexões presentes nas obras estudadas.

Por fim, o método de pesquisa utilizado é o dedutivo. A partir da análise das ocorrências e do desenvolvimento do Vintismo em Portugal, foi possível compreender como essa ideologia se manifestou e influenciou o contexto histórico e cultural do Grão-Pará, contribuindo para uma visão mais abrangente do impacto do Movimento Vintista na educação e na instrução pública.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estudo do período Vintista através das obras de O dia vinte quatro d'agosto, de Almeida Garrett, e Ensaio de Instrução Pública, de Felipe Patroni, ambas relacionadas com a matriz filosófica iluminista e, sobretudo, com as influências da obra Emílio ou Da Educação, de Jean-Jacques Rousseau, possibilitaram o entendimento das bases do surgimento da Instrução pública e da educação em Portugal e no Brasil.

Em Almeida Garrett é possível verificar que durante a formação do romantismo em Portugal surge uma tendência que era o nacionalismo e, como maior expressão desse movimento nacionalista, o autor propõe que Portugal se desvencilhasse das influências estrangeiras que tomavam conta de Portugal, principalmente no que ele criticava, que era a educação portuguesa, onde os cidadãos portugueses procuravam se educar na Inglaterra, trazendo para Portugal essa marca. Logo, era necessário criar um sistema de educação pelo Estado Nacional.

Em Ensaio de Instrução Pública, Felipe Patroni escreve sua arte social baseada na formação humana, mais precisamente na instrução dos meninos. Para Patroni, a Instrução Pública fazia parte do Direito Público universal, tal era sua importância. Além disso, a Instrução Pública aparece como uma função do Estado. Isso não quer dizer que a família não tenha função na formação do indivíduo, pelo contrário, ele reconhece o papel de educar da família, mas quando os progenitores não têm a capacidade de educar sua prole o Estado, aquele que deveria arcar com essa função, pois era a instrução um importante elo de participação social, um meio para a formação do cidadão.

Se o primeiro mundo que o infante conhece he o pátrio tecto: se o amor paternal com solicitude busca o bem ser da prole; se a prole, á primeira expressão do sentimento, falando inculca a veneração e estima que consgra aos seus progenitores; he evidentíssimo que aos pais compete originariamente educar os filhos. Sendo porém que nem todos os pais se

acham em circunstancias de prestar aos filhos huma educaçãõ digna de hum membro da sociedade; he da mesma sociedade estabelecer escolas ou collegios, onde os Cidadãos recebem huma instrucçãõ que os forme justos, inteligentes dos seus dovere, e zelosos servidores da Patria (*sic*) (Patroni, 1823., p. 9).

Assim, Patroni nos fornece a relação íntima entre educação e instrução pública com a preocupação de um Estado formador de seus cidadãos. Essa ideia nos dias de hoje pode parecer banal, no entanto, era para a época muito inovador, visto o estado das coisas em que se vivia na década de 1820, não só no Brasil, mas também em Portugal. Não era incomum as autoridades censurarem qualquer forma de instrução, divulgação de saberes e mesmo ideias que contrariassem o Estado absolutista em que se viviam (Patroni, 1823).

Em Rousseau, especialmente na obra analisada, *Emílio ou Da educação*, a ideia de uma sociedade justa, feliz e livre onde reinasse a paz social só era possível se os indivíduos recebessem formação para isso. Logo, ao propor um modelo de educação que começasse desde a fase de bebê, chamada por ele de *infans* ou idade da natureza, era fundamental para moldar o indivíduo. Nessa fase que o autor considera a mais importante, quando dizia que a criança antes de falar, antes de entender, ela já se instrui, pois faz parte de um aprendizado que começa nessa fase da vida humana que continua durante a vida. No entanto, reforça a importância que atribui à infância.

A educação primária em *Emílio* é também, assim como em Patroni, atribuída à mãe. Dessa forma, a mãe é a responsável por moldar a criança. Em analogismo a essa função Rousseau nos diz:

É a ti que me dirijo, terna e previdente mãe, que soubeste afastar-te da estrada principal e proteger o arbusto nascente do choque das opiniões humanas! Cultiva, regra a jovem planta antes que ela morra; um dia, seus frutos serão tuas delícias. Forma desde cedo um cercado ao redor da alma de teu filho; outra pessoa pode marcar seu traçado, mas apenas tu podes colocar a cerca. Moldam-se as plantas pela cultura, e os homens pela educação (Rousseau, 2004, p. 7-8).

Chega-se à conclusão de que a educação é um fenômeno humano. Suas raízes estão presentes ao longo da História humana. Cada época a processa de acordo com o contexto em que está inserida, mas a educação e instrução a que se estudou aqui foi aquela em que fora organizada, planejada para que servisse de instrumento de desenvolvimento social. Sendo assim, é possível apontar na nossa atualidade que essas proposições são atuais e, de certa forma, influenciaram a nossa organização educacional.

A Constituição do Brasil de 1988 tem um capítulo que trata apenas da educação. Em seu Art. 205 ela nos traz:

Art. 205 CF/88 A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 2002, p.100).

A relação é que há uma preocupação na CF/88 do Brasil, assim como nas obras analisadas em fornecer a educação na perspectiva de desenvolvimento da pessoa. Essa característica esteve presente em Rousseau, em Garrett e em Patroni. Outro ponto que podemos chamar de legado desses autores que construíram suas obras

com a finalidade de criar uma estrutura de educação e instrução, foi a questão de atribuir uma educação em que a família é parte dela e se pode perceber essa característica no artigo da Constituição do Brasil de 1988 (Brasil, 1988).

No mesmo artigo 205, da CF/88, é possível verificar a discussão elaborada em torno da educação e da instrução. Nota-se que a educação está vinculada ao desenvolvimento pessoal e a instrução está no campo da instrução. Educação entendida como valores, cultura, comportamento social e a instrução ao saber fazer ligada à formação para o trabalho (Brasil, 1988).

No mesmo capítulo III, da educação da CF/88, é regida pela lei 9.394/96, conhecida como Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), cujo um de seus princípios está regulamentado pelo art. 206, da CF/88, II, confirmando as máximas de Rousseau e Patroni, quando nos diz que o ensino será ministrado com base na liberdade de aprender, garantindo o direito à educação e aprendizagem ao longo da vida (Brasil, 1988).

Por isso, chega-se ao resultado de que as obras analisadas convergem para o tema da educação e da instrução pública como necessária para a formação humana, tanto sendo utilizado o conceito de educação mais presente em Rousseau, quanto o da instrução pública, mais presente em Garrett e Felipe Patroni.

Portanto, tanto a educação, quanto a instrução pública aparecem nas obras como uma função da família e, por conseguinte, do Estado, lançando assim as bases para uma ação ordenada, dirigida pelo Estado, quer seja em oferecer condições para a educação que ocorre no seio familiar, quer seja aquela que ocorre na esfera estatal com a criação de escolas, universidades, centros de formação profissional e na própria criação de um sistema educacional nacional como propuseram Garret e Patroni.

5 CONCLUSÃO

O Vintismo foi um movimento que ocorreu em Portugal em um momento histórico em que o reino passava por uma desordem econômica e política decorrentes das invasões napoleônicas. Este movimento fez surgir um sentimento entre os portugueses de regenerar o reino frente ao Reino Unido do Brasil, com o objetivo de exigir o retorno de D. João VI para Portugal, a recolonização do Brasil e, principalmente, a limitação do poder real com a Constituição Portuguesa de 1822. Houve uma difusão dessa mentalidade iluminista como forma de conter o poder absolutista e marcar a entrada das nações na modernidade. Assim chegaram ao Brasil as influências do movimento Vintista e dos ideais burgueses iluministas.

Nessa perspectiva, a proposição de formas de instruir as crianças é resultado dessa mentalidade iluminista, onde se vê a preocupação de formar pessoas para a vida e para o Estado. Assim sendo, este estudo utilizou-se de três obras fundamentais para o estudo, sendo elas: “O Dia Vinte e Quatro d’agosto”, de Almeida Garrett, material classificado como fonte bibliográfica; “Emílio ou Da Educação de Rousseau”, com farta tradução para a língua portuguesa e se configurando como material bibliográfico e, por fim, a obra de Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente (Felipe Patroni) intitulada “Ensaio de Instrução Pública de 1823”, essa uma obra rara e classificada como material documental existente no setor de obras raras da Fundação Cultural do Pará, mas que é apresentado, na íntegra, no anexo, por se tratar de relevante documento para quem de interesse for em pesquisar pela documentação primária

Optou-se por realizar uma análise sobre os conceitos de Instrução pública e educação algumas vezes utilizados como sinônimos, para identificar a ação de Estado no sentido de formar seus cidadãos para atuarem em atividades necessárias ao Estado. Utilizou-se da abordagem histográfica sobre o contexto do movimento Vintista para melhor compreender o ambiente da década de 1820 em Portugal e no Brasil (especificando o caso do Grão-Pará).

Em o Dia Vinte Quatro d'Agosto, Almeida Garrett faz alusão ao aniversário da Revolução Vintista em Portugal, exaltando as realizações trazidas pelo movimento, tecendo críticas à administração de Portugal pelos ingleses. No Ensaio de Instrução Pública de 1823, Felipe Patroni passou a formular um modelo de instruir, educar os meninos e elaborar um complexo sistema de instrução, composto pelos estudos e por faculdades na formação do indivíduo.

Na obra Emílio ou Da Educação seu conteúdo, tanto como texto filosófico (na forma de tratado) quanto como romance, podem ser interpretados da mesma maneira que a tradição idealista de Kant e Cassirer, segundo Starobiński (1991, p. 43). Para essa tendência típica do idealismo, Emílio seria o "elo necessário" entre o segundo discurso e o contrato social; o primeiro trabalho conteria a natureza crítica e destrutiva da ordem estabelecida e o segundo teria um aspecto construtivo e positivo. De fato, não se pode esquecer que Rousseau capturou a transformação histórica que o capitalismo industrial e a ascensão da burguesia impuseram ao conceito social de infância de sua época. Na medida em que o autor insistia que seu trabalho era para abraçar a teoria da "bondade humana primitiva" e lidar com seu sistema, que descreve a "marcha da natureza" (como prometido pelo prefácio de Emílio), resultando de sua constituição histórica de um período profundo no que tange às transformações no campo cultural a qual sua obra pedagógica se constitui como modelo de texto pedagógico.

Conclui-se, portanto, que o caminho desenvolvido aqui mostra que a leitura Emílio de Rousseau e da obra Ensaio de Instrução Pública, de Patroni, bem como a de Garrett, deve ser conduzida a fim de atingir a compreensão dessa diversidade abundante de gêneros literários: tratado, texto filosófico e pedagógico. Simplesmente não é suficiente colocar Emílio, por exemplo, nas mãos dos estudantes para que eles observem a leitura como agente modelador de mentalidade. É necessário que se mostre a eles que o autor percorreu todo o caminho e seu trabalho teve um impacto na história das ideias pedagógicas, políticas e sociais. Portanto, é um trabalho denso que, segundo os criadores, une as formas de desenvolvimento do indivíduo desde a primeira infância. A instrução e a educação se apresentam como sinônimos, pois fazem parte da formação de pessoas para servir a formação para a vida e para o Estado.

A pesquisa aqui desenvolvida é muito menos resposta metodológica e mais proposições para estudos posteriores sobre a formação do sistema de ensino desenvolvido no Brasil como uma tarefa de Estado e não de Governo, pois as diversidades e graus de desenvolvimento social e econômico brasileiro são bastante variados o que tem trazido muitas dificuldades até a atualidade de se formular políticas educacionais nacionais.

Por fim o estudo mostrou que as proposições de Rousseau, Garrett e Patroni através de suas obras estão presentes no atual sistema de educação no Brasil através do art.205 da CF/88 e da Lei 9.394/96 nos princípios da participação da família no processo de educação, o papel do Estado, o desenvolvimento da pessoa humana e na liberdade de aprender. Princípios esses que devem ser preservados e refletidos

principalmente na questão da participação da família, cada vez mais ausente do processo educacional.

6 REFERÊNCIAS

ALVES FILHO, A, SOUZA JÚNIOR, J. A, BEZERRA NETO J. M. **Pontos de História da Amazônia**. 3 ed. rev. ampl. Belém: Paka-tatu, 2001.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Compêndio das eras da Província do Pará**. 2 ed. Belém: UFPA, 1970.

BRASIL. **Lei de 15 de Outubro de 1827**. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1827, Página 71 Vol. 1 pt. I (Publicação Original). Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html. Acesso em: 13 mar. 2021.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Título VIII - da ordem social, Cap. III - da educação, da cultura e do desporto, seção I, da Educação. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 dez. 2024.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 18 dez. 2024.

BRASIL, **Constituição Federal da República Federativa do Brasil, de 1988**. In: VADE MECUM. 11 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Juspodivm, p. 100, 2002.

BORBA, F. S. (Org.). **Dicionário Unesp do Português Contemporâneo**. Curitiba: Piá, 2012.

CONDORCET. **Escritos sobre instrução pública: Condorcet**. Trad. de Maria Auxiliadora Cavazzotti e Lígia Regina Klein. Campinas: Autores Associados, 2010.

COSTA, E. V. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 5 ed. São Paulo, Brasiliense, 1987.

DIAS, M. O. S. **A Interiorização da Metrópole (1808-1835)**. In: Carlos Guilherme Mota(org.). 1822. Dimensões, São Paulo, Perspectiva, 1972.

EBY, F. **História da educação moderna**. Tradução: Maria Ângela Almeida, Nelly Maia e Malvina Zaide. Porto Alegre: Globo, 1970.

FERREIRA, Aurélio. **Dicionário da língua portuguesa**. 5 ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FONSECA, T. N. L. **Sai a Igreja, Entra a Coroa**. 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4003769/mod_resource/content/1/sai%20a%20Igreja%2C%20entra%20a%20Coroa.pdf,SAI . Acesso em: 10 abril 2021.

FORTES, L. **Rousseau: da teoria à prática**. São Paulo: Ática, 1976.

GARRETT, J. B. S. L. A. . **O Dia Vinte Quatro d'agosto**, ano 1, LisboaTypografia Rollandiana, -1821. In: NEVES, Maria Bastos Pereira das. Et al. (orgs). *Literutura, História e política em Portugal (1820-1856)* Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007.

GHIRALDELLI Jr., P. **História da educação**. 4 ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.

HUBERT, R. **História da pedagogia**. Tradução: Luiz e J. B. Damasco Penna. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL,. Coleção Atualidades Pedagógicas, 66, 1976.

JIMACK, P. **La genèse et la rédaction de l'Émile de J.-J. Rousseau: étude sur l'histoire de l'ouvrage jusq'à sa parution**. Genebra, 1960.

MANACORDA, M. A. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias**. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARTINS, M. R. Educação na primeira Infância e o Papel do Educador no Livro I. *In: DALBOSCO, C. A. Filosofia e Educação no Emílio de Rousseau: o papel do educador como governante*. Campinas: Alínea, 2011.

NACARATO, P. **Rousseau nos cursos de formação de professores: conhecimento ou distorção?**. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

NEVES, F. A. F; LIMA, M. R. P. (Orgs.). **Faces da história da Amazônia**. Belém: Paka-tatu, 2006.

PATRONI, F. **Ensaio de Instrução Pública**. Rio de Janeiro, 1823.

RAIOL, D. A. **Motins políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 até 1836**, volume I, Belém, UFPA, 1970.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira**. A Organização Escolar 17ª ed. Campinas, Editora Autores Associados, 2001.

ROUSSEAU, J. **Os devaneios do caminhante solitário**. Tradução: Fúlvia Moretto. Brasília: Editora da UnB, 1986, p. 7-17.

ROUSSEAU, J. **Emílio ou Da educação**. Tradução: Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROUSSEAU, J. **Cartas a Malesherbes**. Tradução: Maria Cecília Pinto. *In: Carta a Christophe de Beaumont e outros escritos sobre a religião e a moral*. São Paulo: Estação Liberdade,p. 17-36, 2005.

ROUSSEAU, J. **Cartas escritas da montanha**. Tradução: Maria Constança Pissarra e Maria das Graças de Souza. São Paulo: EDUC; UNESP, 2006.

ROUSSEAU, J. **As confissões**. Tradução: Wilson Lousada. São Paulo: Ediouro, s/d, 2019.

SEBE, J. C. **Os jesuítas**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SILVA, M. E. **Um estudo etnográfico de uma alfabetizada e sua relação com o letramento**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da UnB, 123 p. 2002. Disponível em: https://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais14/Sem12/C12019.doc. Acesso em: 18 dez. 2024.

STAROBINSKI, J. **Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo**. Tradução: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.